Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico 2
Título: Conselho da AES Tietê rejeita oferta para ser incorporada à Eneva 2
Título: Estudo a pedido da Eneva calcula ganho de R$ 3,1 bi para acionistas com a fusão 4
Título: Evoltz paga R$ 232 milhões por fatia da Eletrobras em linhão 6
Título: Engie alerta para risco de judicialização 7
Título: Petrobras manterá águas rasas no limbo 9
Título: Novo plano de recuperação da Atvos vai à votação dia 8 11
Título: Curta 13
VEÍCULO: Correio Braziliense 13
Título: Novo material pode baratear células solares 13

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Conselho da AES Tietê rejeita oferta para ser incorporada à Eneva

O conselho de administração da AES Tietê decidiu, por unanimidade, ontem, rejeitar a proposta de combinação de negócios feita pela Eneva. “Estamos rejeitando, em linhas gerais, por não ter nenhum ‘fit’ estratégico e porque as condições econômico-financeiras não são benéficas para os acionistas da Tietê”, afirmou ao **Valor** Julian Nebreda, presidente do conselho da geradora.

O executivo fez duras críticas à oferta que ele classifica como “hostil”, mas afirma que a Tietê está disposta a ouvir uma contraproposta se houver abertura para modificações na estrutura legal e nas condições financeiras do negócio - que, em sua visão, hoje, favorecem unicamente os acionistas da Eneva. “Mas o racional estratégico ainda seria um problema”, acrescenta.

Apresentada em 1º de março, antes da deterioração das condições de mercado por causa da pandemia da covid-19, a oferta da Eneva envolve a incorporação da AES Tietê em uma combinação de ativos avaliada em R$ 6,6 bilhões - cerca de R$ 2,7 bilhões pagos em dinheiro, e o restante, em participação na nova empresa. Se consumada, a operação poderia criar uma das maiores geradoras de energia de capital privado predominantemente nacional, com capacidade instalada de 6,1 mil megawatts (MW) e faturamento anual de R$ 5 bilhões.

A partir das análises de assessores contratados para avaliar a proposta, o conselho de administração concluiu que a geradora estaria “retrocedendo” na estratégia de avançar em energias renováveis se aceitasse a fusão com a Eneva, cujo portfólio é constituído basicamente de térmicas a gás natural e a carvão. Na visão da empresa, o perfil da Eneva está na contramão da tendência mundial de busca por negócios sustentáveis e alinhados às melhores práticas ambientais.

Nebreda afirma que a operação envolveria cerca de 100 demissões na Tietê, o que “destruiria” o capital humano da companhia e sua capacidade de continuar desenvolvendo projetos renováveis. “Para mim, é uma demonstração clara de que a Eneva não tem a menor ideia do que é gerenciar uma série de ativos renováveis”, opina.

Ainda do ponto de vista operacional, a geradora entende que não há sinergias evidentes para a união de ativos. “O fato de as companhias serem distintas não significa que são um bom encaixe”, diz o presidente do conselho. De acordo

com ele, os R$ 3,1 bilhões em criação de valor a acionistas, identificados pela Eneva a partir de um estudo encomendado à Tendências Consultoria Integrada, vem principalmente de uma alavancagem financeira da Tietê, algo que a empresa poderia fazer sem se aliar à Eneva.

Já sob a ótica financeira, Nebreda defende que a operação subavalia a Tietê e não cumpre o mínimo para ser atrativa a seus acionistas, ao mesmo tempo em que supervaloriza a Eneva. “O que querem pagar não representa o valor intrínseco e nem o valor potencial. Está muito longe”, diz ele.

“Se a Eneva quiser pagar o valor da Tietê, nós do conselho achamos que ela deveria oferecer um pagamento em dinheiro aos acionistas que não gostarem da proposta, para que eles possam ir embora e investir em outro negócio, não fiquem em uma empresa ainda com visão dos ano 70. Um dos assuntos que vamos discutir vai ser esse”, apontou Nebreda. Ele não detalha, porém, quais opções o conselho julga mais adequadas para tratar da questão dos minoritários. “A Eneva que tem que reagir”.

O executivo criticou ainda a estrutura legal da proposta que, segundo ele, permitiria à Eneva desistir do negócio a qualquer momento se não obtiver “waiver” de todos os debenturistas da Tietê, sem pagar multa. Também não há prazo para fechamento da operação, de forma que a Tietê ficaria “amarrada” e sujeita a restrições por tempo indeterminado, diz Nebreda.

O conselho de administração da geradora se comprometeu a convocar uma assembleia geral extraordinária (AGE) após analisar a oferta final da Eneva. Mas aos conselheiros cabe apenas recomendar ou não a operação, e, na prática, a posição do controlador pode ser vencida por minoritários preferencialistas na reunião. Isso porque a Tietê é listada no Nível 2 de governança da B3, o que dá direito de voto aos acionistas detentores de papéis preferenciais em alguns casos, como o de propostas de aquisição.

Um acionista relevante, que poderá determinar os rumos da operação, é o BNDES. O banco é o maior em capital total da Tietê - com 28,33%. A AES Holdings Brasil, subsidiária da AES Corporation, que controla a companhia, tem 24,28%. O BNDES chegou a se reunir com executivos da AES no início de março para tratar do caso, mas, na época, o banco ainda não tinha posicionamento formado. Se a fusão avançar, nos moldes da Eneva, a Cambuhy Investimentos (dos Moreira Salles) e o BTG Pactual, acionistas da Eneva, terão 17,8%, cada um, da empresa combinada. A AES ficaria com 5,5%, o BNDES, 6,5%, e a Eletrobras, 1,8%. Não haveria controlador definido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Estudo a pedido da Eneva calcula ganho de R$ 3,1 bi para acionistas com a fusão

A combinação de negócios entre as geradoras de energia Eneva e AES Tietê criaria R$ 3,1 bilhões em valor aos acionistas da empresa resultante da operação. A conclusão é de um estudo encomendado pela Eneva à Tendências Consultoria Integrada, ao qual o **Valor** teve acesso com exclusividade na sexta-feira.

A cifra bilionária, que corresponde à praticamente metade do valor de mercado da AES Tietê à época do anúncio da proposta, em 1º de março, foi calculada com base num conjunto de sinergias previstas na junção das duas empresas. "Esses R$ 3 bilhões não existem com as empresas separadas. A nossa proposta forma uma empresa mais eficiente e cria um círculo virtuoso de criação de valor", afirma o diretor financeiro da Eneva, Marcelo Habibe.

O estudo aponta que a nova empresa teria uma estrutura de capital melhor do que têm hoje Eneva e Tietê separadas. Segundo Frederico Estrella Valladares, diretor da área de finanças corporativas da Tendências e responsável pela análise, a redução do custo de capital viria, principalmente, do portfólio complementar de ativos das empresas e das estratégias de financiamento.

Sob a ótica do portfólio das empresas, a combinação de ativos de geração hídrica e térmica minimizaria riscos e tornaria o fluxo de caixa mais previsível. Estima-se que a nova empresa teria um risco menor de volatilidade na geração de caixa, na faixa de 5%, ante 11,88% calculados para a Eneva e 13,30% para a AES Tietê.

Nas previsões, também foi considerada a possibilidade de a empresa combinada passar a compor o Ibovespa. De acordo com o estudo, com o crescimento da base acionária após a incorporação da Tietê, a Eneva cumpriria os requisitos necessários para ser incluída no índice. Isso, em tese, traria uma série de benefícios ao papel, como maior liquidez diária.

Outro ganho relevante aos acionistas viria das estratégias de financiamento, tanto da própria operação - o pagamento da parcela em dinheiro aos acionistas será integralmente financiado com recursos de terceiros -, quanto do aumento da alavancagem financeira da AES Tietê.

Com a operação - que já teve vários embates entre as duas empresas até ontem -, são previstas ainda eficiências tributárias, com aproveitamento mais rápido de prejuízos fiscais acumulados na holding da Eneva; melhor desempenho de contratação de energia; e maior eficiência de despesas gerais e administrativas.

Anunciada há 50 dias, a proposta à AES Tietê envolve R$ 6,6 bilhões, sendo que 60% seriam pagos em ações da Eneva e 40% em dinheiro. Habibe considera que a oferta já era boa e ficou "ainda melhor" diante da crise atual. Ele destaca que, além de um portfólio complementar, a nova empresa teria um mix de contratos "equilibrado". E diz que ela alia a estabilidade das térmicas da Eneva, que estão praticamente todas contratadas no mercado regulado, com o fato de que a AES Tietê tem pouca energia vendida no longo prazo.

O executivo da Eneva afirmou ainda confiar na aprovação do negócio, mas ressaltou que a Eneva não está disposta a entrar em "guerra de preços" caso apareça um concorrente, como aconteceu no episódio da venda da então AES Eletropaulo, que acabou arrematada pela Enel numa disputa ferrenha com a Iberdrola.

Válida até 30 de abril, a oferta da Eneva até ficou em "banho maria" durante semanas, enquanto a Tietê cobrava informações adicionais que considerava essenciais. A ofertante, por sua vez, dizia já ter apresentados todas e que a AES fazia isso para ganhar tempo na sua análise.

Apesar do impasse entre as companhias, a americana AES Corporation, controladora da Tietê, não tem o poder de vetar a transação. Isso porque a Tietê é listada no Nível 2 de governança da B3, o que confere aos acionistas preferencialistas o direito de voto, nesse caso, numa Assembleia Geral Extraordinária. Entre os minoritários, se destaca o BNDES, com 28,3% do capital total da Tietê - fatia maior do que a da AES Holding, subsidiária da americana, com 24,3%.

Posições contrárias à operação têm surgido de vozes importantes. Na semana passada, Luiz Barsi Filho, maior investidor pessoa física da AES Tietê, divulgou uma carta aberta dizendo que votará "veementemente contra a proposta hostil". Como argumentos, ele cita a "omissão" sobre política futura de distribuição de dividendos e a tendência mundial de busca por negócios sustentáveis, que entra em conflito com os negócios de geração termelétrica da Eneva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Evoltz paga R$ 232 milhões por fatia da Eletrobras em linhão

A transmissora Evoltz adquiriu a fatia de 49,5% da Eletrobras na Manaus Transmissora de Energia (MTE), sociedade de propósito específico que detém a concessão de uma linha de transmissão no Norte do país.

A compra custou R$ 232 milhões e ocorreu no âmbito de um processo competitivo instaurado pela Eletrobras no ano passado para a alienação de participações societárias não arrematadas em um leilão anterior. A transação ainda precisa passar pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Depois de aprovada, a Evoltz será controladora integral da linha, que tem 558 quilômetros de extensão e atravessa 12 municípios do Pará e Amazonas.

De acordo com o CEO da Evoltz, João Nogueira Batista, a aquisição se encaixa na estratégia da empresa de se tornar um agente relevante no segmento de transmissão de energia.

Ainda pouco conhecida, a Evoltz é controlada por um fundo de investimento sob gestão da TPG Capital e foi criada para reunir os ativos de transmissão operacionais adquiridos pela gestora americana no processo de recuperação judicial da Abengoa no Brasil. Nos últimos dois anos, a companhia esteve num processo de “arrumação da casa”, que envolveu limpeza de passivos e reestruturação financeira, e agora vem montando a estratégia para expandir suas operações.

Hoje, a companhia detém sete linhas de transmissão, com cerca de 3,5 mil quilômetros, concentrados na região da Amazônia Legal, e que somam receita anual permitida (RAP) de aproximadamente R$ 500 milhões.

Batista destaca que a transação com a Eletrobras só avançou em meio à crise gerada pela pandemia da covid-19 por causa do marco regulatório do setor elétrico, que inspira confiança e tranquilidade a investidores. “Se estivéssemos falando de outro setor, sem uma agência reguladora como a Aneel, ou um marco regulatório reconhecido, certamente não avançaria”.

Segundo o executivo, a companhia continua concentrada na estratégia de consolidação societária via aquisição de fatias minoritárias, sobre as quais têm direito de preferência. Além da MTE, a Evoltz comprou, no fim do ano passado e por um valor não revelado, a participação da Embrade (grupo BMG) na linha "ATE VIII", situada no Pará.

A Evoltz tem sócios ainda em dois empreendimentos, inclusive no maior de seu portfólio: a Norte Brasil Transmissora de Energia (NBTE), linha de corrente contínua com 2,4 mil quilômetros que conecta Rondônia a São Paulo. Essa concessão é dividida com a Eletronorte, que detém fatia de 49%. Em um ativo menor, o ATE IV, 23,6% são da estatal espanhola de fomento Compañía Española de Financiación del Desarollo (Cofides).

Dada a condição atual de mercado, o presidente da Evoltz acredita que falar em novos investimentos seria "prematuro". (L.F.)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Engie alerta para risco de judicialização

Responsável por cerca de 7% do parque gerador de energia do país, o grupo francês Engie acompanha de perto a solução em estudo pelo governo para socorrer as distribuidoras, que respondem por aproximadamente 40% da energia fornecida pela companhia, em meio à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus. Ao mesmo tempo, a empresa olha com muita atenção para o risco de consumidores livres recorrerem a liminares para não cumprir com seus contratos, ao invés de buscar uma solução negocial com a geradora.

A maior preocupação para o grupo hoje é o surgimento de uma nova onda de judicialização no mercado, o que pode afetar de forma significativa os investimentos em curso no país. Apenas na área de energia, a empresa tem investimentos previstos de, pelo menos, R$ 3,8 bilhões para os próximos três anos. No setor de gás, são estimados R$ 150 milhões este ano na Transportadora Associada de Gás (TAG), da qual o grupo adquiriu 90% de participação junto com o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placemente du Québec (CDPQ), por US$ 8,6 bilhões - a maior operação de fusão e aquisição da América Latina em 2019 -, e que participa do processo para a compra dos 10% restantes da Petrobras.

“O que queremos evitar é que haja uma judicialização, porque ainda estamos vivendo a fase da judicialização do GSF [sigla em inglês para o risco hidrológico]”, afirmou o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, ao **Valor**.

“Queremos mostrar que nosso país é maduro, tem entidades fortes na condução do setor elétrico e que sabem lidar com problemas. Temos que dar um exemplo para o mundo. No momento de incertezas, os países emergentes sofrem mais. O que queremos é justamente garantir essa estabilidade regulatória. Vem a crise e o regulador e o poder Executivo fazem de uma maneira que as coisas sejam reequilibradas e entendam a gravidade da questão, a ponto de não afastar investimento”, completou ele.

O sinal amarelo foi acesso nas últimas semanas, quando algumas distribuidoras notificaram geradores sobre potenciais impactos, classificando-os como evento de “força maior”, o que poderia afetar o cumprimento de obrigações contratuais. E, no mercado livre, alguns consumidores pediram liminar na Justiça isentando-os do cumprimento dos contratos.

Apesar da preocupação, Bähr, que defende a implementação de uma linha especial de crédito para as distribuidoras, avalia positivamente as medidas emergenciais adotadas pelo governo, tanto para o setor elétrico, quanto para a economia. A empresa, por exemplo, deu entrada no pedido de suspensão temporária de amortizações de empréstimos (standstill) para alguns de seus projetos de infraestrutura junto ao BNDES por seis meses, medida emergencial lançada pelo banco de fomento para preservar o caixa das empresas.

“Acredito que tenhamos uma resposta nas próximas duas semanas”, afirmou o executivo “É uma medida muito bem desenhada para este momento”.

De acordo com ele, de maneira geral, as prioridades hoje são o cuidado com funcionários e pessoas, a continuidade das atividades essenciais e a preservação do caixa das empresas.

Bähr também destacou as ações no âmbito socioeconômico adotadas pelo governo e as empresas. Entre as iniciativas lançadas pela companhia estão a contribuição voluntária feita por funcionários e a própria empresa para organizações não-governamentais (ONGs) em cidades onde o grupo atua e a doação de R$ 1,5 milhão para a Fiocruz aumentar a capacidade de testes, em ação coordenada pelo Instituto Acende Brasil, além de um projeto para aumentar a capacidade de leitos da UFRJ no Rio.

Até o momento, dos cerca de 3,2 mil funcionários da Engie no Brasil, há dois casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus. Segundo Bähr, esses

funcionários já estão sendo tratados e nenhum deles encontra-se em situação de risco.

O executivo também contou que, neste momento, a Engie não tem planos de reduzir a jornada de trabalho de seus funcionários, no âmbito de medida provisória editada pelo presidente Bolsonaro. “Na Engie Brasil Energia, inclusive, assinamos um manifesto de não demitir ninguém nos próximos meses. Estamos nos comprometendo a fazer isso”.

Pensando na estabilidade estrutural do mercado de energia, Bähr defende que o Congresso continue deliberando neste período sobre projetos da agenda do setor que já estão maduros e que já alcançaram consenso, como a solução para judicialização do GSF, que ainda causa inadimplência de R$ 7 bilhões no mercado de curto prazo de energia, e o projeto de modernização do setor elétrico. “O Congresso deveria aproveitar este momento para limpar essa pauta e deixar isso para trás. São questões que foram debatidas durante meses.”

Questionado sobre a expectativa com relação ao processo de venda dos 10% remanescentes da Petrobras na TAG, o executivo disse não poder comentar sobre o assunto, porém afirmou que espera que o negócio seja realizado até o fim deste ano.

No comando da Engie no Brasil há 22 anos, Bähr já viveu no cargo outros momentos difíceis do país, como o racionamento de energia, entre 2001 e 2002, a crise global de 2008 e 2009, e a recessão brasileira de 2015 e 2016.

Dessa vez, o executivo acredita que o mundo será diferente quando as pessoas saírem do isolamento. “Espero que a gente possa voltar à vida, que não vai ser o normal como a gente vivia. Vai ser um ‘novo normal’, com mais cuidado”, afirmou. “Será que voltaremos a viajar como viajávamos antes? Talvez não. Talvez a gente preserve mais a nossa saúde, fazendo reuniões dessa forma [à distância, via internet], sem ter que se deslocar, gerando trânsito. Mas não podemos deixar de socializar. O ser humano tem essa característica.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/04/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras manterá águas rasas no limbo

Ao hibernar 62 plataformas, frente a queda abrupta dos preços do petróleo, a Petrobras colocou seus campos em águas rasas numa espécie de limbo. Com custos mais elevados, essas concessões têm dificuldades para se viabilizarem no cenário atual do mercado. A intenção da companhia é vender esses ativos para

novos operadores interessados em recuperar campos maduros, mas o momento é ruim para atrair investidores.

A própria Petrobras não tem uma resposta sobre o futuro desses campos, que produziam 23 mil barris diários. Em encontro com lideranças sindicais, a empresa informou que a retomada de pelo menos parte das operações está condicionada ao sucesso dos desinvestimentos e que cogita deixar os ativos parados até que um novo operador assuma os campos. Na sexta-feira (17/04), o diretor de exploração e produção da estatal, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, foi menos assertivo sobre o assunto e disse que a companhia vai aguardar a evolução dos preços do petróleo para então definir se a operação das plataformas hibernadas será retomada. A petroleira sinalizou que os desinvestimentos em águas rasas seguem em curso.

A subida dos preços do petróleo, portanto, tende a ser o fiel da balança. A Administração de Informações de Energia dos EUA (EIA, na sigla em inglês) prevê o barril do tipo Brent a US$ 33 em 2020 e a US$ 45 em 2021, valores desafiadores para a economicidade das águas rasas.

À margem dos planos de investimentos da Petrobras ao longo das últimas décadas, os campos em águas rasas são os ativos com custos mais altos dentro da carteira da estatal. Os custos de extração dessas concessões, é de US$ 30,3 o barril - sem contar os custos com pagamento de royalties e investimentos em manutenção, por exemplo. O valor é 5,4 vezes maior que os custos do pré-sal (US$ 5,6 o barril) e até mesmos os campos terrestres são mais competitivos, com custos de US$ 18,9 o barril.

“Com a crise, a venda dos ativos em águas rasas ficou extremamente prejudicada. A Petrobras pode ter perdido uma janela de oportunidade de ter vendido esses ativos quando o preço do óleo era mais favorável”, disse o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), Marcelo Campos.

O advogado José Roberto Faveret, sócio do escritório Faveret Lampert, acredita, por sua vez, que o valor dos ativos pode cair nas negociações, nesse momento, mas que o interesse de investidores pelos campos permanece. “Existem empresas que acreditam que podem operar com custos mais baixos. O que não é viável para a Petrobras não necessariamente é inviável para as outras”, comenta.

O advogado da área de óleo e gás do escritório Vieira Rezende, Thiago Silva, explica que, por contrato, as petroleiras têm direito de interromper voluntariamente a produção de seus campos por um ano, período prorrogável a critério da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Cabe ao órgão regulador dar o

aval para a hibernação, mas resta saber qual será a posição da agência sobre a hibernação dos ativos daqui para frente.

O órgão regulador tem feito pressão para que a Petrobras se desfaça dos ativos que não lhe interessem mais, sob o risco de que as concessões sejam cassadas. Silva destaca que a ANP toma como base as diretrizes da resolução nº 17/2017 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que preza pela extensão da vida útil dos campos e pela cessão de contratos caso algum operador não esteja investindo o necessário para o pleno aproveitamento dos reservatórios.

Nesse sentido, a ANP deu, no fim do ano passado, um prazo para que a Petrobras vendesse seus ativos em terra e águas rasas até junho. Caso contrário, as concessões podem ser retomadas pela União e a estatal perderia a oportunidade de levantar recursos com os desinvestimentos dessas áreas. Questionada, a agência não se pronunciou se avalia estender os prazos.

Silva acredita que o momento é atípico e que uma eventual flexibilização dos prazos pela ANP seria "justificável". Na semana passada, o diretor da ANP, Marcelo Castilho, disse que a Petrobras só vendeu, até hoje, cerca de um terço dos 176 campos em águas rasas e em terra que ela se comprometeu a alienar e que a agência acompanha a situação com atenção. De uma forma mais genérica, sobre a atual crise do setor, ele afirmou, porém, que é importante que o regulador seja, nesse momento, "flexível, dentro do limite da lei".

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 15/04/2020
Seção: Agronegócios
Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo
Título: Novo plano de recuperação da Atvos vai à votação dia 8

Os credores da Atvos, braço sucroalcooleiro da Odebrecht, deverão votar em 8 de maio o novo plano de recuperação judicial da companhia. A proposta prevê a troca de controle e a substituição de parte da dívida por títulos com direitos a dividendos, como já previsto no plano protocolado no início do mês, mas inclui algumas alterações, entre as quais mais garantias aos credores financeiros e limites de pagamento aos credores não financeiros.

A companhia conta com a aprovação do novo plano na data prevista não apenas para dar sequência a sua recuperação operacional. Também há urgência em obter alívio imediato ao caixa diante de problemas que começaram a se acumular nos últimos meses e que foram agravados pela pandemia de

coronavírus, o que levou a companhia a adiar pagamentos de R$ 40 milhões a fornecedores, parceiros e arrendatários para maio.

Há também a expectativa de destravamento de depósitos de R$ 80 milhões em recebíveis de energia de março e abril - valor que poderá subir para R$ 120 milhões com os recebíveis de maio - que credores que detêm estes títulos em garantia vinham executando enquanto o plano não é aprovado. Esses depósitos são considerados essenciais para que a companhia garanta o pagamento de sua folha salarial de R$ 40 milhões até o início do mês que vem.

A empresa também espera conseguir retomar seu plano de investimentos de R$ 530 milhões na área agrícola. Nesta entressafra, a Atvos teve que suspender os gastos com plantio de cana para as próximas temporadas diante da falta de recursos. No fim de fevereiro, antes do início da retomada da moagem da nova safra (2020/21), a companhia tinha só R$ 136 milhões em caixa.

O plano apresentado na assembleia desta sexta-feira incluiu algumas garantias adicionais aos credores financeiros. Para aqueles que optarem pela conversão de parte de suas dívidas em debêntures com direito a dividendos futuros, os títulos a serem recebidos terão alienação fiduciária de ações da Atvos e dos principais ativos da companhia e cessão fiduciária de dividendos.

Os credores financeiros com garantias (classe 2) poderão converter 46% de suas dívidas nessas debêntures, enquanto os financeiros sem garantia (classe 3) poderão realizar a conversão de 61% das dívidas. Essa opção será oferecida aos credores extraconcursais que resolverem aderir ao plano, que poderão converter 20% das dívidas. Os créditos não convertidos (tranche A) serão pagos em 15 anos. Estas regras já estavam no plano protocolado no dia 1º de abril.

Outra proposta acrescentada ao foi a previsão de que eventuais disputas judiciais favoráveis à Atvos e que representem entradas superiores a R$ 50 milhões sejam usadas para realizar amortizações extraordinárias de pagamentos dos créditos que permanecerão com os credores.

O dispositivo foi incluído prevendo que a Atvos poderá eventualmente ter alguma vitória na disputa em que processa a Petrobras e a União sob a alegação de perdas por causa da política de controle de preços da gasolina no governo de Dilma Rousseff, conforme apurou o **Valor**. Várias usinas entraram com ações do gênero e aguardam sentenças.

Há também a possibilidade de que as indenizações relativas a ações contra a política de controle de preços do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) nas décadas de 1980 e 1990, favoráveis da Destilaria Alcídia, possam entrar na conta. Embora na época da compra da destilaria a Odebrecht tenha cedido esses direitos aos vendedores, está em análise se o contrato de compra deixou brechas a respeito.

A Atvos acrescentou ao plano, ainda, a previsão de que, quando os credores financeiros receberem as debêntures e os respectivos bônus de subscrição, o exercício dos bônus poderá ser aprovado por credores que detém 72% dos créditos, e não por todos.

Para os credores quirografários não financeiros, a empresa propôs que, caso impugnações de créditos levem o valor total da dívida dessa classe acima de R$ 450 milhões, cada um receberá até R$ 4 milhões nas condições propostas (valor parcelado em três anos), sendo o restante alocado na “tranche A” (alongamento em 15 anos).

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 15/04/2020
Seção: Empresas
Autor:
Título: Curta

Energia sem custo

A Light iniciou na sexta-feira o fornecimento de energia para o hospital de campanha instalado no Leblon, na zona Sul do Rio de Janeiro, para receber pacientes diagnosticados com o novo coronavírus. A distribuidora não cobrará pela energia consumida pelo hospital, que terá 200 leitos. A companhia informou que tem dado prioridade ao atendimento das solicitações para os outros hospitais de campanha (Parque dos Atletas, Riocentro, Maracanã e Aeródromo Nova Iguaçu) e agilizado os pedidos de nova ligação ou aumento de carga para estes locais.

VEÍCULO: Correio Braziliense
Data: 15/04/2020
Seção: Tecnologia e Inovação
Autor: Vilhena Soares
Título: Novo material pode baratear células solares

O uso de energias renováveis vem sendo explorado em todo o mundo, mas, por ser um processo complexo, especialistas acreditam que levará tempo até que essas tecnologias substituam as fontes tradicionais. Um dos desafios é ter, na produção de soluções do tipo, elementos químicos mais baratos. Nesse sentido, pesquisadores americanos desenvolveram um composto a partir de um elemento químico abundante na natureza. Segundo eles, o material poderá compor a fabricação de painéis solares. A novidade foi apresentada na última edição da revista Nature Chemistry.

Segundo os criadores do composto, as tecnologias atuais para a captação de energia renovável contam com metais preciosos, como irídio e rutênio, para funcionar. “Percebemos que houve poucos esforços no estudo dos metais mais abundantes — titânio e zircônio, por exemplo —, porque geralmente não são tão fáceis de trabalhar. Os metais preciosos sempre foram os elementos principais nessa área devido a suas propriedades químicas favoráveis (…) Esperamos mudar isso”, enfatiza, em comunicado, Carsten Milsmann, um dos autores do estudo e pesquisador da Universidade de West Virginia.

O composto criado por Milsmann e colegas é feito de zircônio, encontrado em maior quantidade na natureza. Além disso, é estável em uma variedade de condições, como ar, água e mudanças de temperatura, facilitando o trabalho em ambientes diversos. “Como o composto pode converter luz em energia elétrica, ele poderá ser usado na criação de painéis solares mais eficientes”, diz o cientista.

Sensível aos corantes

Geralmente, os painéis solares são fabricados com silício e requerem um limite mínimo de luz para coletar e armazenar energia. Pesquisadores, porém, têm buscado explorar materiais que sejam mais baratos e também sensíveis a corantes. Por conta dessa última característica, moléculas coloridas podem coletar luz e funcionar mesmo em condições de pouca luz. “O problema com a maioria dos painéis solares é que eles não funcionam bem em dias nublados. Eles são bastante eficientes, baratos e têm uma vida útil longa, mas precisam de condições de luz intensa para funcionar com eficiência”, explica Milsmann.

Até o momento, os corantes só funcionam no rutênio, mas o novo composto tem potencial para substituí-lo. “Com esse material, podemos fazer versões sensíveis ao corante, nas quais um composto colorido absorva luz para produzir eletricidade em qualquer condição climática. No futuro, poderemos projetar edifícios que produzam energia, transformando a fachada de prédios e incluindo todas as janelas em uma usina de energia”, cogita.

Complemento

Patrícia Lustoza de Souza, professora do Centro de Estudos em Telecomunicações (CETUC) da PUC-Rio, destaca que o estudo é interessante por buscar novos materiais que possam dar sustentabilidade e baixar o custo da fabricação de células solares. “O zircônio estudado para substituir o irídio ou o rutênio seria usado na tecnologia de células solares que usam corantes sensibilizados. Não há nada que mostre que aumentaria a eficiência dessas células, mas poderia barateá-las ou torná-las uma opção sustentável”, analisa.

A especialista brasileira acredita que a tecnologia poderá competir com a de células orgânicas na fabricação de vidros ou revestimentos, ocupando nichos na arquitetura e na construção civil. “Não é uma tecnologia para usinas, por exemplo”, diz. “Assim, a contribuição seria para cobrir esses nichos e dar sustentabilidade a essa tecnologia de corantes sensibilizados pela luz solar”, completa.

Matéria-prima multiúso

O novo composto criado a partir do zircônio poderá ser usado além da captação de energia. Os criadores do material cogitam, por exemplo, inclui-lo na produção de tela de celulares. “Muitos monitores de telefones contêm irídio, outro composto de metal precioso que faz exatamente o que o nosso composto faz”, diz Carsten Milsmann. “Isso também pode incentivar produtores desse tipo de tecnologia a usarem uma tecnologia que seja mais amiga do meio ambiente e mais barata.”

A equipe trabalha ainda para tornar o composto solúvel em água, o que permitirá a exploração em aplicações biomédicas, como terapia fotodinâmica para pacientes com câncer. “Ele pode produzir espécies reativas de oxigênio que induzem a morte celular. Parece realmente perigoso, mas, como a reação ocorre apenas durante a exposição à radiação com luz, sua localização e sua duração podem ser rigidamente controladas”, explica Milsmann.

O cientista explica que, ao focar a luz em um ponto específico, pode-se gerar espécies reativas de oxigênio para agir apenas em resposta à luz, tornando o uso seguro. “Isso tem o potencial de remover tumores de forma menos invasiva do que por meio de cirurgias e quimioterapia”, afirma. “Estamos lançando as bases iniciais para muitas aplicações desse elemento. Compreender como ele funciona, o que fizemos no artigo, ajudará as pessoas que desejam levar essas tecnologias adiante.”

Mais estudos

Patrícia Lustoza de Souza destaca que o estudo precisa de mais aprofundamento até que o material chegue ao mercado, apesar de já se

mostrar bastante promissor. “Esse é exemplo de uma possível alternativa, certamente muitas outras aparecerão. A pesquisa apresentada indica caminho para testes em células solares. Porém, isso ainda não foi testado. Certamente, será o próximo passo, mas os resultados são animadores”, explica a professora do Centro de Estudos em Telecomunicações (CETUC) da PUC-Rio

A especialista também acredita que o composto possa ser explorado em outros setores. “Existem inúmeras tecnologias, cada uma podendo atender a um nicho diferente. Temos aplicações desde satélites, usinas de geração de energia, automóveis até brinquedos e vestuário. Assim, tem lugar para várias alternativas. São inúmeros caminhos para aproveitarmos a fonte gratuita, que é a luz solar. Dependendo da aplicação, estamos dispostos a gastar mais ou menos com a conversão dessa energia em formas utilizáveis, e podemos nos satisfazer com uma menor ou maior eficiência”, detalha. (VS)

"Temos aplicações desde satélites, usinas de geração de energia, automóveis até brinquedos e vestuário (…). São inúmeros caminhos para aproveitarmos a fonte gratuita, que é a luz solar”

Patrícia Lustoza de Souza, professora do Centro de Estudos em Telecomunicações da PUC-Rio

MME / ASCOM .